

## ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DE PELOTAS (RS): DISTRIBUIÇÃO E QUALIDADE PARA PRÁTICAS CORPORAIS E ATIVIDADES FÍSICAS

MATHEUS DE LIMA WEEGE<sup>1</sup>; WERNER DE ANDRADE MÜLLER<sup>2</sup>; INÁCIO CROCHEMORE-SILVA<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – matheusdelimaweege@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – werneramuller@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – inacio\_cms@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

Na organização espacial de centros urbanos, espaços públicos são compreendidos por serem propriedades públicas ou de uso público, acessíveis e desfrutáveis por todos sem a necessidade de pagamento ou fins lucrativos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS, 2015). Quando destinados ao lazer da população, são contemplados por praças, parques, ciclovias, outras áreas verdes ou relativas ao ambiente natural (INDOVINA, 2002).

Sob uma compreensão relacionada à saúde, os espaços públicos de lazer representam significação de destaque em abordagens, do nível individual e populacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Assim como, é pertinente considerar os espaços públicos de lazer e as suas relações sociais estabelecidas por meio de sua distribuição no território, uma vez que, apesar da prática do lazer ser um direito social assegurado no Art. 6 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), historicamente, as desigualdades sociais persistem na sociedade brasileira (KNUTH e ANTUNES, 2021).

Logo, no processo de urbanização, faz-se necessário compreender a relação entre o indivíduo e o ambiente no qual ele está inserido, bem como a função social dos espaços públicos e suas possibilidades de promoção de saúde, como por exemplo, as práticas corporais e atividade física. Nesse sentido, o presente estudo buscou descrever a qualidade e adequação das estruturas para a prática de atividades físicas presente nos espaços públicos de lazer, bem como sua distribuição na zona urbana do município de Pelotas (RS) no ano de 2023.

### 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal descritivo, com abordagem quantitativa, integrando parte dos resultados de uma dissertação intitulado “Características dos espaços públicos de lazer em Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividade física ao longo de uma década”.

A avaliação dos espaços públicos de lazer ocorreu entre outubro de 2023 e janeiro de 2024. Informações dos espaços públicos foram fornecidas pela Secretária de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, da Prefeitura Municipal de Pelotas, referente as áreas verdes do município, sob uma perspectiva urbanística, contemplando canteiros centrais de ruas, avenidas, rodovias e rótulas/rotatórias de trânsito, além de praças e parques da cidade. Assim, uma auditagem foi realizada para caracterizar as áreas verdes em áreas de interesse de avaliação, como parques, praças e canteiros utilizáveis. Áreas verdes não avaliáveis incluíram canteiros não utilizáveis pela população ou áreas que estivessem ocupadas ou inacessíveis.

Para a avaliação dos espaços públicos de lazer foi utilizada a versão adaptada do instrumento *Physical Activity Resource Assessment* (LEE et al, 2015), o qual é composto por itens referentes à classificação do tipo de espaço,

quantidade e qualidade das estruturas para a prática de atividade física, entre outras características do ambiente. A auditoria dos espaços públicos de lazer foi realizada por uma equipe auxiliar de pesquisa, submetidos a um treinamento teórico-prático divididos em etapas de: (a) estudo do instrumento de pesquisa e protocolo de utilização; (b) aplicação prática e discussão do instrumento em praças da cidade; e (c) estudo piloto para padronização das avaliações, realizado em espaços públicos de lazer previamente selecionados. Foi realizado também, um controle de qualidade foi realizado em 10% do total dos espaços avaliados e, em casos de inconsistências, uma reavaliação era realizada.

Os resultados estão descritos em frequências absolutas e relativas dos espaços públicos de lazer, estratificadas para parques/praças e canteiros utilizáveis. Os dados foram analisados no programa estatístico *Stata* 17.0 (*StataCorp*). Informações de média de renda domiciliar e densidade populacional por setor censitário foram utilizadas a partir do Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Através de ferramentas geoespaciais, foi extraída a quantidade de espaços públicos de lazer de acordo com cada setor censitário no programa ARCGIS PRO e, posteriormente, realizada a análise de correlação de *Spearman* dessas informações com a renda e a densidade populacional.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas 1157 áreas verdes em Pelotas em 2023. Após auditoria, 71% das áreas foram classificadas como canteiros não utilizáveis. Do restante de áreas utilizadas, foram identificados 207 espaços públicos de lazer classificados como parques ou praças, e 128 espaços públicos como canteiros utilizáveis.

Em termos de estruturas para prática de atividade física, em praças e parques, campo/quadra/cancha de futebol (38,2%) e parquinhos (60,2%) foram as estruturas mais observadas. Estações de exercícios (9,7%) e academias ao ar livre (7,3%), inexistentes em outros períodos de avaliação (DA SILVA et al., 2015), estiveram presentes em pouco menos de 10% das praças e parques. Nos canteiros, as estruturas mais observadas foram pista/trilha de caminhada/corrida (54,7%) e pista/trilha de bicicleta (57%).

Quando observado a qualidade dos atributos para prática de atividades físicas, foi verificado um baixo percentual de atributos com qualidade boa (19,7%) na avaliação geral das estruturas. No entanto, atributos com qualidade média na avaliação geral, correspondeu a um percentual de 45,0%. Em relação às estruturas de práticas esportivas, o percentual de qualidade boa correspondeu a apenas 10,1% das estruturas avaliadas. Além disso, menos da metade dos parquinhos (46,9%), pistas/trilhas de caminhadas (31,3%) e pista/trilha de bicicleta (32,9%) apresentaram uma boa qualidade em relação sua estrutura.

A avaliação da presença dos atributos para a prática de atividade física nos espaços públicos de lazer evidenciou que, sem considerar a qualidade, mais da metade das praças e parques apresentaram algum atributo para a prática de atividade física (54,1%). No entanto, atributos para prática de atividade física com, no mínimo, qualidade média ou boa, em praças e parques, foram presentes em menos da metade dos espaços (41,6% e 20,8%, respectivamente). Nos canteiros, a presença de algum atributo para prática de atividade física, independente da qualidade, foi observado em 73,4% dos espaços. Além disso, mais da metade dos canteiros apresentaram a presença de atributos com qualidade média (61,7%),

porém, a presença de atributos com qualidade boa foi evidenciada em apenas 22,7% dos canteiros.

Assim, com base nos indicadores de qualidade descritos, fica evidente a necessidade de melhoria da qualidade dos atributos para a prática de atividades físicas, bem como o aumento da diversidade desses equipamentos em espaços públicos de lazer. Os achados do presente estudo vão ao encontro da pesquisa realizada por Agrizzi e colaboradores (2023), na cidade de Belo Horizonte (MG), a qual também constatou baixos percentuais em termos de qualidade dos equipamentos para a prática de atividade física nos espaços públicos de lazer do município.

Em termos de distribuição, o presente estudo evidenciou uma correlação positiva de magnitude fraca a moderada entre o número de espaços públicos de lazer e uma maior média de renda domiciliar ( $r=0,26$ ), indicando que quanto maior a média de renda do setor censitário, maior a disponibilidade dos espaços públicos de lazer. Por outro lado, em relação a densidade populacional, uma correlação inversa foi constatada ( $r=-0,37$ ), evidenciando que quanto menor a densidade populacional dos setores censitários, maior a disponibilidade dos espaços públicos de lazer. Esses resultados demonstram que as desigualdades sociais presente nas relações em centros urbanos, também se consolidam em termos de distribuição dos espaços públicos de lazer.

Na mesma direção dos resultados encontrados, pesquisas realizadas nas cidades de Florianópolis (SC) e Rio Claro (SP), também constataram limitações na distribuição dos espaços públicos de lazer, de modo que a existência desses espaços ocorre de modo privilegiado em regiões com populações de alto poder monetário (MANTA et al., 2019; DOPP et al., 2021). Por outro lado, em um estudo longitudinal realizado em São Paulo (SP), observou um maior aumento de praças públicas e ciclovias em regiões de menor poder aquisitivo, em comparação com regiões de maior poder aquisitivo. Além disso, foi observado que as praças, instalações esportivas e academias ao ar livre obtiveram seu crescimento em regiões com maior densidade populacional. Porém, os autores também destacam que a presença desses atributos em abundância foi verificada em regiões consideradas mais ricas (TEIXEIRA et al., 2022).

#### 4. CONCLUSÕES

O presente estudo buscou realizar a avaliação das estruturas para prática de atividades físicas nos espaços públicos de lazer da zona urbana do município de Pelotas (RS) no ano de 2023, os quais poderão auxiliar nas ações da gestão urbana e no direcionamento das políticas públicas a nível local. Com base na auditoria realizada, observa-se uma escassez de espaços públicos de lazer adequados para à prática de atividades físicas. Além disso, nota-se a necessidade da melhora da qualidade desses espaços, bem como da modificação das desigualdades sociais perante sua distribuição no território. Por fim, compreende-se também que a efetivação da melhora e democratização do acesso a espaços públicos de lazer requer o engajamento da gestão pública, assim como a participação de todos os setores da sociedade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INDOVINA, F. O espaço público-tópicos sobre a sua mudança. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p. 119-123, 2002.

Brasil. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS.** Brasília, 2018.

KNUTH, A.G.; ANTUNES, P.C. Práticas corporais/atividades físicas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades sociais brasileiras. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.30, n.2, p. 1-11, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DOPP, E.V.O. et al. Public spaces leisure in Rio Claro - SP (Brazil): quality, distribution, and social vulnerability. **Motriz**, v. 27, 2021.

MANTA, S.W. et al. Public open spaces and physical activity: disparities of resources in Florianópolis. **Revista de Saúde Pública**, v.53:112, p.1-11, 2019.

LEE R. et al. The physical activity resource assessment instrument: Evaluating features, amenities and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity** 2005; 2(13):1-9.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro 2010.** Rio de Janeiro: IBGE; 2011.

DA SILVA I.C.M. et al. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.20:1, p. 82-92, 2015

AGRIZZI P. et al. Distribuição e qualidade de espaços públicos para atividade física de lazer em uma capital do Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.28:0304, p. 1-9, 2023.

TEIXEIRA I.P. et al. Built environments for physical activity: a longitudinal descriptive analysis of Sao Paulo city, Brazil. **Cities & Health**, p: 2-11, 2022.